



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
COMISSÃO DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS
COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER CONJUNTO

Encontra-se no âmbito destas Comissões Pertinentes para os procedimentos regimentais, o Projeto de Lei nº 9.408/2022, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação ao Orçamento do Município e dá outras providências.

Compete à **Comissão de Legislação e Redação de Leis** com fulcro no art. 249 da Resolução nº 554/2010 – Regimento Interno – a apreciação de todas as proposições submetidas à apreciação do Poder Legislativo Municipal quanto a constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Solicitada apresentação de Parecer Jurídico, este consignou sobre a adequação regimental da redação proposta e que não foram encontrados vícios de competência que maculem a referida proposição, concluindo com parecer favorável – de modo opinativo e não vinculante – ao Projeto de Lei em análise.

Compete à **Comissão de Direitos Humanos** em virtude de pertinência temática – conforme art. 253 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Compete à **Comissão de Educação, Cultura e Esportes** a análise da referida proposição com fulcro no art. 251 do Regimento Interno.

Compete à **Comissão de Finanças e Orçamento** a análise da referida proposição com fulcro no art. 248 do Regimento Interno.

Compete à **Comissão de Meio Ambiente** a análise da referida proposição com fulcro no art. 254 do Regimento Interno.

Compete à **Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos** a análise da referida proposição com fulcro no art. 250 do Regimento Interno.

Compete à **Comissão de Saúde e Assistência Social** a análise da referida proposição com fulcro no art. 252 do Regimento Interno.

Compete à **Comissão de Segurança Pública** a análise da referida proposição com fulcro no art. 254-B do Regimento Interno



O relator, conhecendo do Parecer Jurídico, entende – com fundamentação remissiva *in totum* – pela aprovação da propositura.

Analisando a matéria em referência, as presentes Comissões Permanentes concluem pela **admissibilidade ao Projeto de Lei em esboço**, por **cumprir** mandamentos legais e constitucionais.

Diante do exposto, as Comissões, à unanimidade, emitem **PARECER FAVORÁVEL**.

Câmara Municipal de Caruaru, Caruaru, 23 de Novembro de 2022.

Vereador **ANDERSON CORREIA**

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis
Membro *Ad-Hoc* da Comissão de Segurança Pública

Vereador **EDMILSON DO SALGADO**

Presidente da Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
Membro *Ad-Hoc* da Comissão de Saúde e Assistência Social

Vereador **IRMÃO RONALDO**

Membro da Comissão de Meio Ambiente

Vereador **IZAAC DA SAÚDE**

Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social
Membro da Comissão de Direitos Humanos



Vereador **JORGE QUINTINO**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador **NELSON DINIZ**

Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Membro da Comissão de Meio Ambiente
Membro *Ad-Hoc* da Comissão de Segurança Pública

Vereador **RICARDO LIBERATO**

Presidente da Comissão de Legislação e Redação de Leis
Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Vereador **VAL LIMA**

Membro da Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

Vereadora **ALINE NASCIMENTO**

Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis
Membro *Ad-Hoc* da Comissão de Direitos Humanos
Membro *Ad-Hoc* da Comissão de Saúde e Assistência Social



Vereadora **PERPÉTUA DANTAS**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos